INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 22/11 a 26/11



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

Com um mês para o fim do ano legislativo, os trabalhos vão se intensificando cada vez mais no Congresso Nacional, e novas pautas vão se apresentando para deliberação de deputados e senadores.

Nesta semana, no Senado Federal, os principais destaques ficam para o PLP 147/2019 para modificar a composição e o funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional, incluindo o Sebrae Nacional e uma Confederação de representação da Microempresa. O PLP ainda possibilita aos caminhoneiros autônomos também atuarem como MEI. A MPV 1058/2021, que recria o Ministério do Trabalho e Previdência. O PL 316/2019 que reduz a pena de prisão dos gerentes, por exemplo, em caso de produto vencido nos estabelecimentos. Além disso, também é esperada a deliberação da PEC dos Precatórios na CCJ, segundo cronograma anunciado pelo presidente da Casa, que espera votar a proposta em plenário no dia 30 e aguarda a aprovação da comissão.

Já na Câmara dos Deputados, a novidade na pauta fica para a MPV 1061/2021, que cria o Auxílio Brasil. Além dela, retornam à pauta projetos polêmicos, como o PL 1665/2020, que regula direitos dos entregadores de aplicativos, e o PL 2766/2021, que estabelece e altera regras relativas à competência e aplicação de multas no âmbito do Código de Defesa do Consumidor. Na pauta da CDEICS da Câmara, destaca-se o PLP 33/2020 que cria o marco legal do reempreendedorismo, que tem como objetivo facilitar a reestruturação de dívidas de micro e pequenas empresas.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

13h55 - PLENÁRIO

TERÇA-FEIRA (23)

PL 2766/2021, do dep. Marco Bertaiolli (PSD/SP), que altera regras relativas a competência e aplicação de multas no âmbito do Código de Defesa do Consumidor".

PL 4157/2019 (No Anterior: PL 7512/2014) - do Sr. Laercio Oliveira - (PLC 96/2018) - que anula débitos tributários oriundos de multas relativos ao descumprimento da obrigação de entrega da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, referente à competência 01/2009 a 13/2013, ou seja, retornando-se a fatos ocorridos há cinco anos.

PL 1665/2020 - do Sr. Ivan Valente e outros - que "dispõe sobre os direitos dos entregadores que prestam serviços a aplicativos de entrega durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19)".

PL 2380/2021 - da Comissão de Turismo - que "dispõe sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo (Fungetur)". Explicação: Altera a Lei no 11.771 de 2008.

9h - CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS (CEDES)

Audiência Pública - Retomada Econômica E Geração De Emprego e Renda No Pós-Pandemia

TEMA: Serviços, pequenos negócios e tecnologia nas políticas para a retomada com geração de emprego e renda.



Palestrantes

- Guilherme Afif Domingos, Assessor Especial Do Ministério Da Economia E Ex-presidente Do Sebrae;
- José Roberto Tadros, Presidente Da Confederação Nacional Do Comércio De Bens, Serviços E Turismo (CNC);
- Jorge Arbache, Vice-presidente De Setor Privado Do Banco De Desenvolvimento Da América Latina (CAF) e Professor Da UNB;
- Fausto Augusto Junior, Presidente Do Dieese;
- Anita Kon, Professora Titular Da Pontifícia Universidade Católica De São Paulo (PUC/SP);

Relatores:

- Deputado Da Vitória (Cidadania/ES);
- Deputado Francisco Jr. (PSD/GO);

9h30 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

REQ 139/2021 - do Sr. Silvio Costa Filho - que "requer a criação de Subcomissão Especial para tratar de proposições relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS."
Posicionamento: Favorável ao projeto

REQ 143/2021 - dos Srs. Erika Kokay e Leonardo Monteiro - que "requer a realização de audiência pública em conjunto com as Frentes Parlamentares Mistas em Defesa do Serviço Público; em Defesa da Soberania Nacional; em Defesa dos Correios; em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro; e em Defesa da Petrobrás, para discutir os impactos das privatizações, a precarização dos direitos da classe trabalhadora e o fechamento de postos de trabalho".
Posicionamento: Favorável ao projeto

PL 280/2019 - do Sr. Rubens Otoni - que "revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que dispõem
sobre a prescrição processual".
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: pela rejeição deste e dos PLs No 4.014/2019, 1.277/2021 e 1.382/2021, apensados.
Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer



PL 2683/2019 - do Sr. Sanderson - que "altera a Lei no 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para permitir a aplicação de metas vinculadas ao desempenho de ações em prevenção de acidentes como critério ou condição para fixação dos direitos relativos à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa".
RELATOR: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 3083/2019 - do Sr. Marcos Pereira - que "altera os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, para dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa".
RELATOR: Deputado SILVIO COSTA FILHO.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 4173/2020 - dos Srs. Ricardo Izar e Soraya Santos - que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, assim como o Código de Processo Civil, Lei no 13.105, de 16 de março de 2015, para dispor sobre verbas de sucumbência diferenciadas para empregadores de baixo porte econômico".
RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.
PARECER: pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

QUARTA-FEIRA (24)

9h - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

PEC 7/2020 - do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências".
RELATOR: Deputado CARLOS JORDY.
PARECER: pela admissibilidade, com emenda supressiva saneadora.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

9h - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

PDL 747/2019 - do Sr. Daniel Coelho - que "susta os efeitos do Art. 2o da Resolução no 4.765, de 27 de novembro de 2019, do Banco Central do Brasil que" Dispõe sobre o cheque especial concedido por instituições financeiras em conta de depósitos à vista titulada por pessoas naturais e por microempreendedores individuais (MEI
RELATORA: Deputada ALÊ SILVA.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária Posicionamento: Acompanhar (FCS)

PL 647/2021 - do Sr. Altineu Côrtes - que "estabelece prazo máximo para a restituição do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, enquanto reconhecida a ocorrência de estado de calamidade pública".
RELATOR: Deputado VINICIUS GURGEL.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei no 647/2021, e do PL no 1.162/2021, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL no 647/2021, com substitutivo; e pela rejeição do PL no 1.162/2021, apensado.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 6091/2019 - do Sr. Jerônimo Goergen - que "dispõe sobre a dispensa da apresentação da declaração de saída temporária nos municípios contíguos às áreas de livre comércio". (Apensado: PL 4446/2020)
RELATOR: Deputado SIDNEY LEITE.
PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei no 6.091/2019, e do PL no 4.446/2020, apensado.
Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer (FCS)

PL 2866/2020 - do Sr. Arnaldo Jardim - que "institui medidas de caráter emergencial para a concessão
de linhas de crédito pelo governo federal".
RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA.
PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação,
com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL 3605/2020 - do Sr. Eduardo Costa e outros - que "altera a Lei no 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para permitir a redução de taxas de juros a micro e pequenas empresas em financiamentos com base na Taxa de Longo Prazo – TLP e sua taxa de juros prefixada, especialmente enquanto durarem os efeitos sociais e econômicos da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19".
RELATOR: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda Adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.
Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer (FCS)

PL 3720/2020 - do Sr. Alexis Fonteyne - que "altera a lei 9.340, de 27 de dezembro de 1996 para permitir a utilização de créditos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil na compensação de débitos relativos a multas de mora".
RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não
cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei no 3.720, de 2020;
e, no mérito, pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

13h- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

PLP 33/2020 - do Senado Federal - Angelo Coronel - que "altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer e disciplinar a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação simplificada, e dispor sobre a falência das microempresas e das empresas de pequeno porte. " (Apensado: PLP 217/2020) RELATOR: Deputado HUGO LEAL.
PARECER: pela aprovação deste, e do PLP 217/2020, apensado, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e o parecer (FCS)

PLP 99/2020 - do Sr. Vermelho - que "institui Programa Especial de Isenção Tributária Condicionada e reabertura de prazo de parcelamento, permitindo que o gasto com funcionários seja compensado em benefícios tributários, nos termos do Código Tributário Nacional, no período de vigência da Lei no 13.979, de 2020, em razão do enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19)".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela rejeição deste, do PLP 100/2020, do PLP 139/2020, e do PLP 72/2021, apensados.
Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer

PLP 115/2021 - do Sr. Mário Heringer - que "dispõe sobre a extensão do prazo de validade da certidões negativas de débito de que trata, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL 1634/2019 - do Sr. Mário Heringer - que "proíbe em todo o território nacional a importação, produção e
comercialização de espuma expansível por aerossol destinada a fins recreativos".

RELATOR: Deputado FABIO REIS.
PARECER: pela aprovação.
Posicionamento: Contrário ao projeto e o parecer (FCS)

PL 4238/2019 - do Sr. Felipe Rigoni - que "altera a Lei no 12.592, de 18 de janeiro de 2012, que "Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro,
Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador", para suprimir a intervenção obrigatória dos sindicatos nos contratos de parceria".
RELATORA: Deputada JOENIA WAPICHANA.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e o parecer (FCS)

PL 690/2021 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera os arts. 102 e 103 da Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que “Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária”, para fins de estabelecer novas regras de inabilitação do falido e de gestão da massa falida".
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)
Impacto: Médio

PL 1142/2021 - da Sra. Renata Abreu - que "altera o Decreto-Lei no 1.578, de 11 de outubro de 1977, para determinar a cobrança do Imposto sobre a Exportação nos casos comprovados de desabastecimento de produtos e de insumos no mercado interno decorrente de exportações excessivas".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela rejeição.



QUINTA-FEIRA (25)

9h - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

PL 6280/2019 - do Sr. Flaviano Melo - que "acrescenta parágrafos ao art. 53, da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para assegurar o direito à compensação ao devedor que efetuar o pagamento de prestações na ordem inversa dos seus vencimentos".
RELATOR: Deputado JÚLIO DELGADO.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PL 5361/2020 - do Sr. Juninho do Pneu - que "dispõe sobre a distância mínima, nas salas de projeção cinematográfica, entre a tela de projeção e a primeira fileira de poltronas".

RELATORA: Deputada CELINA LEÃO.
PARECER: pela aprovação, com emenda.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PL 436/2021 - do Sr. Boca Aberta - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndolas específica para a exposição à venda de matérias perfuro cortantes para fins em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimento similares".
RELATOR: Deputado PEDRO VILELA.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer

REQ 57/2021 - Do dep. Ricardo Izar (PP/SP), que requer a realização de audiência pública nesta Comissão para debater o PL 3500/2019, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito. O requerimento convida:



● Representante da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS)
● Representante da Associação Brasileira de Bancos (ABBC)
● Representante da Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD)
● Representante da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs)
● Representante da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI)
● Representante da Associação Nacional dos Bureaus de Crédito (ANBC)
● Representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)
● Representante da LCA Consultores
● Representante da União Nacional de Entidades de Comércio e Serviços



PAUTA DO SENADO FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA (22)

15h – Sessão de debates temáticos debater sobre a pec 23/2021, que trata dos precatórios.

TERÇA-FEIRA (23)

PL 5387/2019 - Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil.
Relator: Senador Carlos Viana.
Posicionamento: Favorável ao projeto

QUARTA-FEIRA (24)

MPV 1058/2021 - do Poder Executivo - que "altera a Lei no 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério do Trabalho e Previdência, e dá outras providências.

PLP 147/2019 - para modificar a composição e o funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional, incluindo o Sebrae Nacional e uma Confederação de representação da Microempresa. O PLP ainda possibilita aos caminhoneiros autônomos também atuarem como MEI.
Posicionamento: Favorável ao texto aprovado pela Câmara.

PL 316/2021 - Altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para reduzir a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo, e a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a inversão do ônus da prova para a comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso.
Relator: Senador Angelo Coronel
Posicionamento: Favorável ao projeto

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 22/11 A 26/11





AGENDA LEGISLATIVA DA SEMANA

TERÇA-FEIRA (23)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO
Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação

PL 235/2020 - Negativo
Do dep. Torino Marques (PSL), (Suspensão da negativação / covid-19) que dispõe sobre a suspensão de cobrança de juros, correção monetária nos contratos de financiamento e veda a negativação nos órgãos de proteção ao crédito nas relações de consumo no âmbito estadual durante o Estado de Calamidade provocado pelo COVID-19. O projeto é acompanhado em prioridade 1 e recebeu parecer pela inconstitucionalidade pela Procuradoria Jurídica.

TERÇA-FEIRA (24)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO
Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo I Deliberativa

2623/2021 - Negativo
Da dep. Delegada Gleide Ângelo (PSB), que altera a Lei que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, a fim de proibir as empresas de telemarketing, ou estabelecimentos que se utilizem deste tipo de serviço, de condicionarem o fornecimento de produto ou serviço à inserção ou não dos dados do consumidor em cadastro para bloqueio de recebimento de contatos de telemarketing, nos termos que indica. O projeto aguarda deliberação do voto da relatora dep. Simone Santana (PSB).

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL Sistema CNDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

